

**LUCIANA DOS SANTOS MUNHÃO**

**ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA E O  
DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Lopes

**CURITIBA  
2008**

## TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA DOS SANTOS MUNHÃO

### ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

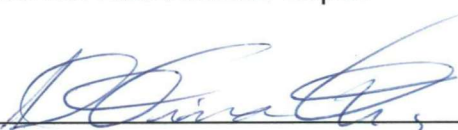
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:




Prof. Dr. Luiz Antonio Lopes

Examinador:



Prof. Dr. Luiz Xiscatti

Examinador:



Prof. Dr. Othon Juruá Rolim de Souza Reis

Curitiba, novembro de 2008.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>2</b>
<b>3. APECTOS GERAIS DA ACUMULAÇÃO CAFEIEIRA.....</b>	<b>7</b>
3.1 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA NO SÉCULO XIX.....	7
3.2 TRANSIÇÃO PARA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA .....	10
3.3 SUPERPRODUÇÃO DE CAFÉ.....	11
3.4 A POLÍTICA DE DEFESA DO SETOR CAFEIEIRO.....	13
<b>4. A IMIGRAÇÃO COMO ESTÍMULO ÀS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA.....</b>	<b>16</b>
4.1 A IMIGRAÇÃO.....	16
4.1.1 A Burguesia Imigrante.....	17
4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSIÇÃO.....	19
<b>5. A SUBORDINAÇÃO DA INDÚSTRIA AO CAPITAL CAFEIEIRO.....</b>	<b>17</b>
5.1 O SURGIMENTO DO MERCADO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.....	22
5.2 O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA.....	27
5.2.1 As fontes de capital.....	29
<b>6. AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BASEADO NA ECONOMIA CAFEIEIRA.....</b>	<b>31</b>
6.1 ACÚMULO DE CAPITAL CAFEIEIRO X TRANSFORMAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO.....	31
6.1.1 SOLUÇÕES AOS DESAFIOS DO DESEQUILÍBRIO EXTERNO.....	33
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – CRESC. DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ENTRE 1907 E 1920.....23

## RESUMO

O capital acumulado através do cultivo do café, que inicialmente era reinvestido nas lavouras enquanto era lucrativo produzi-lo, posteriormente passou a ser investido em outras áreas. Uma delas, talvez a mais importante, foi a indústria.

A transição de mão-de-obra escrava para a assalariada também foi um grande passo para a transformação de um Brasil agrário-exportador, para um padrão capitalista mais moderno, o industrial.

Esta monografia expõe os acontecimentos históricos a partir da economia baseada no cultivo do café até o momento de transição para a industrialização. Abordando a relação e as influencias causadas pelo capital cafeeiro como incentivo à industrialização brasileira, assim como as contradições provenientes deste processo.

Palavras-Chave: Café, Imigração, Mão-de-obra, Industrialização

## ABSTRACT

The capital accumulated through the coffee cultivation, that was initially reinvested in the farming while it was still lucrative, started to be invested in some other areas posteriorly. One of them, maybe the most important one, was the industry.

The transition from slave to salaried workforce was also a great step for the Brazilian transformation, changing his status as an agrarian exporter country into a modern capitalist pattern one: an industrial country.

This monograph exposes the historical events starting from the period when the economy was based on coffee cultivation until the moment of the industrialization's transition. It explores the relationship and influences caused by the capital related to the coffee cultivation as incentive to the Brazilian industrialization, as well as all the resultant contradictions of this process.

## 1. INTRODUÇÃO

No final do século XIX e início do XX, durante a República Velha (1889-1929), a economia brasileira ainda era caracterizada predominantemente pela agroexportação. O café, o açúcar, a borracha, o cacau e o fumo eram os principais produtos vendidos no Brasil. Já se registrava, entretanto, o funcionamento de diversas indústrias, inauguradas desde o final do século XIX. O café praticamente movimentava todos os outros setores da economia nacional.

Vários fatores explicam o nascimento da indústria no Brasil. Um dos principais foi a formação de um capital inicial a partir do comércio exportador e da lavoura cafeeira. A partir do aumento da renda da população e da demanda de produtos de consumo não duráveis, a política de valorização do café também contribuiu para a expansão e desenvolvimento da atividade industrial. Outro elemento de estímulo para a indústria foi a política de incentivo à imigração. Além destes dois elementos, temos ainda a Primeira Guerra Mundial que alterou o quadro das relações econômicas internacionais do Brasil.

Porém o principal financiador e fonte de capital para o primeiro surto industrial foi a burguesia rural, havendo assim uma transferência de recursos da atividade cafeeira para as novas indústrias, impactando profundamente nas novas relações econômicas brasileiras.

Esta monografia pretende explorar os vários aspectos da relação entre a expansão da Cafeicultura e o desenvolvimento da Indústria Brasileira, demonstrando as contradições existentes entre estas duas estruturas econômicas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico abordaremos a teoria de Rostow a respeito das etapas de desenvolvimento, dando ênfase à industrialização em países subdesenvolvidos.

Rostow forneceu importantes lições para os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África. Ele salientava que era possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, em uma das cinco categorias: A Sociedade Tradicional, As Precondições para o Arranco, O Arranco, A Marcha para a Maturidade e A Era do Consumo de Massa.

1ª Etapa: A sociedade tradicional, caracteriza-se por uma estrutura que se expande dentro de funções de produção bastante limitadas, na qual predomina uma economia baseada em atividades de subsistência e onde uma proporção substancial de seus recursos é destinada à agricultura, a qual traduz-se na sua mais importante atividade econômica. A produção é caracterizada por ser intensiva em trabalho, verificando-se uma utilização de limitadas quantidades de capital, cuja forma de alocação é determinada majoritariamente pelos tradicionais métodos de produção, refletindo-se em um nível de produtividade também limitado.

2ª Etapa: As condições para o arranco ou a decolagem, abarca sociedades em pleno processo de transição, quando se estabelecem as pré-condições para o arranco, que objetivam afastar a fase dos rendimentos decrescentes característicos da sociedade tradicional. O incremento da especialização do trabalho gera excedentes na comercialização, emergindo uma infra-estrutura de transporte como suporte ao mercado. Com o crescimento da renda, da poupança e do investimento surge uma incipiente atividade de natureza empreendedora. O comércio internacional passa a ocorrer com maior intensidade, porém concentrado sobre os produtos primários.

Toda essa atividade, porém, se processa em ritmo limitado dentro de uma economia e de uma sociedade ainda caracterizadas, sobretudo pelos métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos antigos valores, bem como pelas instituições políticas com bases regionais que evoluíram com aqueles.

Politicamente, a formação de um Estado nacional centralizado eficaz – baseada em coligações matizadas pelo novo nacionalismo, em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou a ambos – foi um aspecto decisivo do período das pré-condições. Isso também foi, quase universalmente, uma condição necessária para o arranco. (ROSTOW, 1961).

3ª Etapa: O arranco, representa o intervalo em que as obstruções e resistências ao desenvolvimento são superadas. Incrementa-se a industrialização, ocorrendo a migração de trabalhadores do setor agrícola para o setor industrial, com o crescimento concentrando-se em um número reduzido de regiões do país e em poucas indústrias. As transformações da economia são acompanhadas pela evolução de novas instituições políticas e sociais que dão suporte ao processo de industrialização.

No caso mais geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político. (ROSTOW, 1961).

O crescimento torna-se auto sustentado por investimentos líderes que provocam o crescimento continuado da renda, gerando maiores volumes de poupança que são destinados ao financiamento de futuros investimentos.

No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige os fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados. (ROSTOW, 1961)

4ª Etapa: A marcha para a maturidade, nesta etapa a economia em ascensão procura estender a tecnologia moderna a todo o front de sua atividade econômica. A



economia se diversifica em uma série de novas áreas produtivas. As inovações tecnológicas provêm uma diversidade de opções e oportunidades de investimento, que refletem na ampliação e maior diversificação dos bens e serviços produzidos na economia nacional e podem, inclusive, provocar a redução ou a seletividade estratégica das importações.

A contextura da economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia encontra seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contraporem.

Uns 60 anos após o início do arranco (digamos, 40 anos depois do seu término) geralmente se atinge o que se denomina maturidade. A economia, concentrada durante o arranco num complexo relativamente estreito de indústria e tecnologia, dilatou seu campo de ação para abranger processos mais apurados e tecnologicamente amiúde mais complexos.

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles, os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. (ROSTOW, 1961).

5ª Etapa: A era do consumo de massa, nesta etapa a economia direciona-se para o consumo de massa, florescem as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e o setor de serviços começa a assumir crescente relevância e preponderância dentro da estrutura setorial da economia do país.

Chegamos agora à era do consumo em massa, em que, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços.

À proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX (EUA, Europa Ocidental e Japão, na análise de ROSTOW), duas coisas aconteceram: a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que um maior número de pessoas conseguiu,

como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; e a estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados – conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida. (ROSTOW, 1961).

Segundo Rostow, os setores de uma economia podem ser agrupados em três categorias:

- Setores de desenvolvimento primário, em que as possibilidades de inovação, ou de aproveitamento de recursos que há pouco se tornaram lucrativos, ou que até então permaneciam inexplorados, ocasionam um elevado índice de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, desencadeiam forças expansionistas em outras áreas da economia.
- Setores de desenvolvimento suplementar, em que ocorre progresso rápido como resposta direta a – ou exigência de, um progresso nos setores de desenvolvimento primário; por exemplo, carvão, ferro e engenharia em função das estradas de ferro. Estes setores talvez tenham de ser rastreados até fases muito anteriores da economia.
- Setores de desenvolvimento derivado, em que o progresso se dá numa relação razoavelmente constante com o crescimento da renda real total, população, produção industrial ou outra qualquer variável global, de crescimento modesto. A produção de alimentos em relação à população e a disponibilidade de habitação em relação à formação da família são relações derivadas clássicas dessa espécie. (ROSTOW, 1961).

Na categorização acima, pode-se perceber uma clara vinculação com o conceito de multiplicador de investimento de Keynes, em seus efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre toda a estrutura produtiva de uma determinada economia, bem como com os conceitos de efeitos de cadeia retrospectiva e efeitos de cadeia prospectiva de Hirschman, configurando as relações de interdependência setorial dessa economia.

Parece que, analisa Rostow, “o impulso progressista é sustentado como resultado da expansão rápida de um número reduzido de setores primários, cuja ampliação tem efeitos significativos nas economias externas e outros efeitos secundários...” (ROSTOW, 1961, p. 78). Originando-se daí, pode-se inferir, um efeito de transbordamento em toda a economia, refletido no adensamento de suas cadeias produtivas e na ação multiplicadora do capital inicialmente aplicado.

O rápido crescimento de um ou mais novos setores industriais é um poderoso e essencial propulsor da transformação econômica. Sua força se origina da multiplicidade de suas formas de impacto, quando a sociedade está preparada para reagir positivamente a este. O crescimento desses setores, com novas funções de produção de alta produtividade, por si mesmo tende a elevar o volume da produção per capita; coloca a renda nas mãos de homens que não se limitarão a amealhar uma grande percentagem da renda em crescimento, mas que a reinvestirão em atividades altamente produtivas; estabelece uma cadeia de procura efetiva de outros produtos manufaturados; origina a necessidade de áreas urbanas maiores, cujos custos em capital podem ser elevados, mas cuja população e organização mercantil auxiliam a dotar a industrialização de impulsão própria; e, afinal, inaugura uma série de efeitos de economias externas que, no fim, ajudam a produzir novos setores líderes quando o impulso inicial dos que lideraram o arranco começar a esmaecer (ROSTOW, 1961)

### 3. APECTOS GERAIS DA ACUMULAÇÃO CAFEEIRA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico a respeito da economia cafeeira no Brasil. Os autores considerados serão principalmente Celso Furtado e Warren Dean.

#### 3.1 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA NO SÉCULO XIX

A primeira metade do século XIX no Brasil foi marcada por uma grande estagnação e pela decadência, o país obteve um crescimento bastante lento. Um segundo problema enfrentado pelo Brasil, que impedia o progresso neste período, foi o declínio da força de trabalho, já que a mão-de-obra de origem escrava havia chegado ao fim.

Diante de uma estagnação econômica aparentemente irreduzível e da falta de uma alternativa para a substituição da força trabalhadora escrava de origem africana, o país não tinha outra saída que não fosse integrar-se ao comércio internacional (FURTADO 1968). Pois assim o fazendeiro teria alguma chance de mudar o quadro de estagnação.

Analisando as opções de exportação, sabia-se que as chances de sucesso de uma retomada das exportações de produtos tradicionais no Brasil como o açúcar eram remotas na metade do século XIX, isto devido à concorrência com Cuba e Europa. O algodão também não era uma boa opção, devido à soberania americana neste ramo. O cacau, o fumo e os couros faziam parte de um mercado com poucas chances de expansão (FURTADO, 1968).

O Brasil tinha a terra como seu fator básico de produção, pois era o único elemento realmente abundante no país, já que o capital era escasso e a mão-de-obra girava em torno de 2 milhões de escravos (FURTADO, 1968). O novo produto, que viria com a responsabilidade de salvar a economia brasileira, deveria se encaixar a estas características físicas e econômicas do país.

Na metade do século, um novo produto predominou, o café. Ele atendia as condições de produção brasileira baseada na abundância de terras. Apesar de ter sido

cultivado no Brasil desde o século XVIII, era utilizado apenas para consumo local. Porém, no fim do século XVIII, com a desorganização do Haiti, grande produtor de café da época, os preços sofrem uma alta, permitindo a entrada do Brasil na produção do café para exportação (FURTADO, 1968). Os produtores brasileiros aproveitaram esta oportunidade e passaram a produzir para exportação, obtendo grande êxito nesta área.

A partir da última década do século XVIII, há uma alta dos preços do café, atraindo o interesse de vários países da América e da Ásia. Muitos países passam a produzir café, levando a uma baixa dos preços (FURTADO, 1968). No entanto, este fato não desestimulou a produção do café no Brasil, pois os produtores encontraram no café uma maneira de aproveitar os recursos produtivos ociosos devido à decadência da mineração.

No primeiro decênio do século XIX o café já era 18% do valor das exportações brasileiras, atrás apenas do açúcar e do algodão e nos próximos dois decênios passou ao primeiro lugar, chegando a 40% das exportações do país. Durante a primeira metade do século XIX o café é responsável por todo o aumento das exportações observado (FURTADO, 1968).

A fase inicial do café no Brasil tem como característica o aproveitamento de recursos já existentes na região. O café era produzido nas redondezas do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, dois fatores contribuíram para essa localização: em primeiro lugar, nesta região, havia mão-de-obra disponível, devido à massa de trabalhadores que anteriormente se dedicava à mineração. Em segundo lugar, a proximidade do porto facilitava o transporte da produção, já que o principal meio de transporte de carga eram animais, como cavalos e mulas (FURTADO, 1968). Estas condições ideais para produção e exportação fizeram com que o Rio de Janeiro fosse a primeira região forte na produção do café.

A fase de gestação da economia cafeeira ocorreu entre o segundo e o terceiro quartéis do século XIX. Comparadamente a um empreendimento açucareiro, uma empresa de café utiliza tanta mão-de-obra escrava quanto na produção de açúcar, no entanto, devido a sua intensa utilização do fator terra, apresenta um nível de capitalização bem inferior ao apresentado na produção do açúcar. A produção de café necessita de equipamento e maquinário mais rudimentares que o necessário na

produção do açúcar (FURTADO, 1968). Portanto apresenta custos muito baixos, já que a baseada no trabalho escravo. Conseqüentemente, não seria qualquer alta nos preços que desestimularia seu crescimento.

A partir do terceiro quartel do século XIX, enquanto os preços do açúcar permanecem em baixa, os preços do café conquistam uma forte recuperação. Esta situação pressiona a transferência de trabalhadores do açúcar, localizados principalmente na região norte e nordeste, para o sul e sudeste nas lavouras de café (FURTADO, 1968). É provável que esta seja a primeira migração de trabalhadores em decorrência da produção cafeeira.

É neste período que uma nova classe de empresários surge no país, formada inicialmente por comerciantes locais, homens que comercializavam e transportavam diversos produtos, entre eles o café, se dispuseram a também produzi-lo. São estes comerciantes os formadores da primeira classe empresarial cafeeira no Brasil (FURTADO, 1968).

Esta vanguarda formada por homens experientes na área comercial trouxe características próprias à economia cafeeira. Uma delas é a existência de um vínculo entre a produção e comércio encontrado em toda a etapa de gestação (FURTADO, 1968). Esta característica de união de produção e comércio pode ser considerada extremamente importante para a exportação agrária.

Estes novos produtores perceberam desde o início o quão vantajoso era estarem tão próximos da capital brasileira, pois enxergavam o governo como um instrumento de ação econômica. A partir da Proclamação da República, já era muito nítida a situação de subordinação do instrumento político aos interesses de uma minoria (FURTADO, 1968).

Com o surgimento desta nova opção de produção, o Brasil foi novamente inserido no comércio mundial. Em fins do século XIX a etapa de gestação da economia do café chegava ao final, com condições de financiar a próxima fase de expansão liderada pela nova elite econômica brasileira (FURTADO, 1968). Neste momento a economia brasileira se encontrava novamente esperançosa, com novos desafios pela frente.

### 3.2 TRANSIÇÃO PARA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA

A partir da metade do século XIX, com a eminência da proibição do tráfico de escravos, uma nova fase começa a aparecer, o processo de transição do trabalho escravo para o assalariado.

Com a proibição do tráfico negreiro, os escravos passaram a ser realocados dentro da economia nos ramos mais importantes. Simultaneamente a isso, a mão-de-obra livre começava a ocupar espaço considerável dentro da economia, trabalhadores estes, não só imigrantes, como também trabalhadores de várias regiões do Brasil que migravam para as áreas intensivas em produção de café. O regime escravista, portanto, coexistiu com um mercado de trabalhadores livres imprescindíveis na divisão do trabalho da economia cafeeira e da racionalização do uso do escravo. (VIOTTI, 1977)

Com a Lei do Ventre Livre, tornou-se claro o fato de que a escravidão teria pouco tempo de vida. Porém, era fundamental a presença da mão-de-obra escrava dentro da economia cafeeira. E a abolição completa era impossível sem que o capital cafeeiro encontrasse a sua substituição em volume e custos parecidos. A saída seria ou ampliar a utilização da mão-de-obra livre de trabalhadores brasileiros ou se acelerava a importação de mão-de-obra estrangeira, que já ocorria, porém em pequena escala.

A imigração de trabalhadores europeus foi a solução encontrada. Era grande a demanda por mão-de-obra. Na Europa, durante o século XIX, devido a desequilíbrios sociais, crises econômicas e desestabilidades políticas, milhões de pessoas imigraram para as Américas em busca de oportunidade melhores de vida. Entre 1850 e 1914. Aproximadamente 30 milhões de europeus migraram para as Américas, principalmente para EUA, países da Bacia do Prata e Brasil. Foi justamente neste mercado internacional do trabalho que produtores de café brasileiros foram buscar sua mão-de-obra. (DEAN, 1976).

A principal estratégia do governo imperial era restringir ao máximo o acesso à propriedade aos novos trabalhadores. (DEAN, 1976) Pois restringindo, os produtores seriam protegidos de possíveis abandonos de postos de trabalho.

O governo imperial passou então a utilizar uma estratégia na definição dos preços das terras. Estas poderiam ser outorgadas por venda a preços muito acima do valor real, assim os imigrantes não teriam condições de pagar por elas quando entrassem no país, portanto acabariam por ficar mais tempo nas terras, pois só teriam o direito de comprar uma terra própria após três anos. Essa renda obtida pela venda das terras reais financiaria a imigração, assim a rotatividade de mão-de-obra seria mantida (DEAN, 1976).

Entre 85 e 71, só em São Paulo, foram instaladas 85 colônias agrícolas. Porém os problemas foram muitos, os contratos eram extremamente injustos com o imigrante, já que o proprietário tinha o interesse de recuperar rapidamente todo o investimento da importação dos trabalhadores. Assim os imigrantes acabavam por se endividar. Muitas leis surgiram em defesa do proprietário, em detrimento disto, inúmeros conflitos surgiram entre colono e proprietário, nem a intervenção governamental pôde conter estes desentendimentos.

A imigração foi abundante, entre 1890 e 1899 entraram aproximadamente 1,2 milhões de imigrantes. Os italianos tinham preferência, principalmente se viessem acompanhados da família, mais braços para o trabalho (RIBEIRO, 1993). A imigração permitiu que a abolição de escravos ocorresse de forma gradual, sem grandes choques para os produtores. O trabalho escravo só foi extinto realmente em 1888.

Foi a intervenção do governo que tornou a imigração internacional mais competitiva que a mão-de-obra livre nacional, já que os proprietários tinham vantagens como o financiamento sem juros na importação, a garantia de um financiamento imediato, a perspectiva de uma oferta abundante e a exploração de um trabalho familiar, tudo isto garantido pelo governo.

### 3.3 SUPERPRODUÇÃO DE CAFÉ

Através do desenvolvimento das exportações brasileiras a partir do café, é que a economia brasileira se encontra na segunda metade do século XIX, com taxas de crescimento relativamente elevadas. A situação era bastante favorável para economia brasileira:



*“Comparando os valores médios correspondentes aos anos noventa com os relativos ao decênio dos quarenta, depreende-se que o quantum das exportações brasileiras aumentou 214 por cento. Esse aumento do volume físico da exportação foi acompanhado de uma elevação nos preços médios dos produtos exportados de aproximadamente 46 por cento. Por outro lado, observa-se uma redução de cerca de 8 por cento no índice de preços dos produtos importados, sendo, portanto, de 57 por cento a melhora na relação de preços do intercâmbio externo. Um aumento de 214 por cento no quantum das exportações, acompanhado de uma melhora de 58 por cento na relação de preços do intercâmbio, significa um incremento de 396 por cento na renda real gerada pelo setor exportador.” (FURTADO, 1968, pg. 156)*

A situação observada era das melhores possíveis: aumento dos preços dos produtos exportados e queda dos preços dos produtos importados, além de aumento em quantidade do volume de exportações.

O cenário exportador brasileiro melhorou cada vez mais, entre os anos de 1840 a 1890, a quantidade de café exportado cresceu 341%, e os preços dele 91%. Em 1890, a produção de café no Brasil se encontrava excepcionalmente em vantagem. Em primeiro lugar a oferta estrangeira de café encontrava-se em dificuldades, a produção asiática, por exemplo, passou por um período de enfermidades que pouco a pouco destruíram suas plantações. Em segundo lugar, a partir da descentralização republicana, a responsabilidade com o problema da imigração passou a pertencer aos Estados, no caso do Estado de São Paulo, ficou evidente, que a os interesses da classe dos produtores de café dominou a abordagem das políticas de imigração. Em terceiro lugar, a expansão do crédito financiou a abertura de novas terras e estimulou a alta dos preços do produto, devido à depreciação do câmbio (FURTADO, 1968).

Porém, previa-se que em breve os preços viriam a cair, já que havia grande quantidade de terras e elasticidade na oferta de mão-de-obra. O café era muito atrativo, a quantidade produzida não parava de crescer (FURTADO, 1968). Porém este crescimento nada tinha a ver com crescimento da demanda, e sim com disponibilidade de mão-de-obra e a vantagem de exportação.

O Brasil produzia três quartos da oferta mundial de café. Com a crise de 1893, os preços sofreram baixa, nem a depreciação cambial externa da moeda resolveu o problema da queda dos preços, a partir deste momento, onde era impossível recorrer ao mecanismo cambial é que o problema da superprodução surgiu no país. Nesta situação, o país tinha condições de determinar a manipular a oferta mundial do café.

Os produtores brasileiros encontravam-se em situação privilegiada, a partir da primeira crise de superprodução do café em meados do século XX, pois se possuíam alguns recursos financeiros que lhes permitisse manter parte da produção em estoques, teriam grande controle sobre a oferta de café. A partir deste momento os governos dos estados passam a atuar com políticas de valorização do café (FURTADO, 1968).

### 3.4 A POLÍTICA DE DEFESA DO SETOR CAFEIEIRO

De acordo com FURTADO (1968), a fim de atender aos interesses da classe cafeeira, os dirigentes de estados cafeeiros logo intervêm na forma de convênios, como o Convênio de Taubaté de 1906, seus objetivos eram:

- O governo compraria os excedentes com o intuito de manter os preços competitivos, essa compra seria financiada através de empréstimos externos. Seria criado um imposto sobre cada saca de café exportada para cobrir os juros deste empréstimo;
- Os governos dos estados passariam a desestimular a expansão das plantações, com o intuito de conter a oferta no longo prazo.

O plano de valorização do café foi bem concebido, pois proporcionava lucros elevados ao produtor e os negócios mantinham-se cada mais lucrativos, atraindo mais investidores interessados no plantio, aumentando cada vez mais a oferta do café. Este círculo vicioso tornava-se cada vez mais difícil de ser combatido, os governos não tinham outras opções mais atrativas e lucrativas a oferecer aos investidores sedentos por lucros (FURTADO, 1968). Além do que, era oferecida uma situação extremamente cômoda ao produtor, pois este teria sua venda garantida pelo governo, mesmo não havendo demanda, ele poderia continuar produzindo e obtendo lucros, já que os preços seriam mantidos.

A defesa do café perdurou até fins de 1920, entre 1920 e 1929 o crescimento da oferta foi de aproximadamente 100%, crescimento este estimulado artificialmente pelos incentivos do governo. As exportações não crescem no mesmo ritmo. Entre 1927 e 1929, as exportações consomem apenas dois terços da oferta brasileira. Mesmo

assim, as retenções do governo permanecem, oferecendo grandes taxas de lucro aos produtores (FURTADO, 1968).

O Brasil encontrava-se numa situação clara de desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda. A elasticidade da demanda era muito pequena, não haveria nenhuma situação que alterasse este estado.

O financiamento dos estoques cafeeiros tinha sido obtido a partir de empréstimos em bancos estrangeiros. Estes empréstimos eram a base para a expansão dos meios de pagamento para a compra do café estocado, este montante acabava no bolso da classe produtora, causando uma pressão inflacionária, que numa economia subdesenvolvida, acaba por aumentar as importações. Diante da abundância de capitais privados e de empréstimos estrangeiros, a situação cambial parecia bastante atrativa, o governo brasileiro sentiu-se a vontade em praticar uma política de conversibilidade (FURTADO, 1968).

Com a crise de 1929, o Brasil se viu numa situação extremamente delicada: fuga de capitais, estimulada pela política de conversibilidade, que momentos antes parecia tão vantajosa. Toda a reserva metálica acumulada às custas de empréstimos externos desapareceu do país (FURTADO, 1968). A partir deste momento pode-se notar indícios da decadência da produção do café.

Os problemas envolvendo a economia brasileira eram gigantescos, a produção do café continuaria crescendo em detrimento dos altos investimentos dos produtores. Porém o Brasil já não conseguia obter mais crédito no exterior devido à crise no mercado internacional de capitais e da falta de garantias do governo brasileiro (FURTADO, 1968). Com falta de crédito torna-se praticamente impossível manter esta política de compra de excedente de café, o sistema entra em colapso.

A partir deste cenário, a queda do preço mundial do café sofreu forte aceleração. Esta queda brusca do preço e o fracasso do sistema de conversibilidade acarretaram uma depreciação da moeda brasileira. Isto trouxe um grande alívio para o setor cafeeiro do Brasil. Porém a demanda era pouco elástica em relação ao preço (FURTADO, 1968). Portanto esta baixa dos preços não trouxe tantas vantagens quanto se esperava.

Um novo círculo vicioso surgiu, a partir do momento em que a depreciação da moeda aliviou o impacto da queda do preço mundial do café, incentivava o produtor brasileiro a manter a colheita. Em consequência ocorria nova baixa nos preços e, por conseguinte, nova desvalorização da moeda, agravando ainda mais a crise. O café colhido excedente passou então a ser destruído (FURTADO, 1968). Esta era a única alternativa viável, já que estocar também era custoso para o governo.

O mundo foi se recuperando durante os anos 1930, porém o preço do café manteve-se em níveis muito baixos, aparentemente sem nenhuma recuperação. Em 1933 atingiu seu preço mais baixo, este preço se mantém até 1937. Durante os anos de depressão o preço do café chega a baixar aproximadamente 40%, porém a demanda do consumidor não se altera quase em nada.

*"Consideremos mais detidamente as consequências da política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira..." "Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contratação de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia"(FURTADO, 1968, pg. 200.*

Ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, evitava-se que a renda monetária diminuísse proporcionalmente ao preço unitário recebido pelo produtor de café. Inconscientemente, a política de defesa do café durante os anos da grande crise tornou-se um verdadeiro programa de fomento da renda nacional. E foi a partir deste processo de fomento que a economia brasileira começou a se recuperar. O acúmulo do café, através de dívidas contraídas com bancos estrangeiros, funcionaram como se o café estocado tivesse sido vendido para firmas estrangeiras, como se fosse uma exportação. Ao comprar o café do produtor, o governo gerava renda, pois ao injetar dinheiro na forma de pagamento aos produtores, gerava um poder de compra que balanceava a redução dos gastos dos inversionistas (FURTADO, 1968). Foi este aspecto que amorteceu o impacto da depressão, que poderia ter sido maior na economia brasileira.

## 4. A IMIGRAÇÃO COMO ESTÍMULO ÀS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Este capítulo tem como objetivo apresentar como a mudança de mão-de-obra escravocrata para a mão-de-obra assalariada influenciou a economia brasileira.

### 4.1 A IMIGRAÇÃO

No início do século XX, o sistema de mão-de-obra era baseado essencialmente na imigração européia, principalmente imigrantes italianos. Aproximadamente dois terços dos imigrantes chegados em São Paulo eram empregados nas plantações. Os proprietários das empresas cafeeiras fechavam contrato com os escritórios de imigração, estes contratos em geral tinham duração de um ano. Criou-se o sistema de parcerias, consistia em que as famílias migrantes tinham suas despesas de viagem financiadas, e posteriormente estas despesas seriam pagas com juros. Assim que a família chegava na fazenda, era contemplada com um certo número de pés de café para cuidar e manter, em troca recebiam um salário fixo (OLIVEIRA, 2001).

A esse salário-base juntava-se uma soma variável em função da colheita obtida. Além do salário monetário, o proprietário atribuía um pedaço de terra onde o colono podia cultivar por sua conta. Em geral os produtos permitidos eram determinados em contrato, já que era interesse do proprietário que o colono não obtivesse toda a sua subsistência da terra e sim das vendas existentes dentro das fazendas, onde o colono freqüentemente se endividava.

Inicialmente o processo de migração foi organizado pela Associação Auxiliadora. Posteriormente a organização da política de imigração foi reformulada. Em 1886 foi fundada a Sociedade Promotora de Imigração, só após esta última organização é que a quantidade de imigrantes desembarcada no Brasil foi realmente significativa. Entre 1855 e 1872 a população estrangeira na cidade de São Paulo praticamente duplicou (OLIVEIRA, 2001).

Muitos dos imigrantes constituíam uma massa de trabalhadores urbanos, voltados às áreas industriais e de artesanato. Para este era muito mais tentador ir para áreas urbanas onde o crescimento era rápido, como em São Paulo, por exemplo.

No entanto, em geral os colonos tinham como objetivo comprar sua própria terra e cultivar seus meios de subsistência. Muitos acabavam voltando a sua terra natal, pois a exploração respaldada por contratos os colocava em situação desvantajosa.

A exploração dos imigrantes por parte dos senhores das terras não passou em branco. Muitos conflitos ocorreram, algumas vezes os protestos e greves foram bastante violentos. Nem as tentativas de controle por parte dos proprietários, os quais impediam que os colonos se reunissem em associações de trabalhadores, foram capazes de conter a insatisfação e os protestos. Ao fim do contrato de um ano, insatisfeitos, os trabalhadores abandonavam as fazendas de café e saíam em busca de novas oportunidades, em outras plantações ou até mesmo nas cidades. Se ainda assim, seus planos não dessem certo, retornavam à sua terra natal (MORSE, 1970).

O sistema de imigração organizado pelos fazendeiros ocorreu dentro dos moldes capitalistas, pois assegurou ao imigrante o transporte e meios de subsistência, porém mantendo intacta a propriedade da terra. Assim o colono, em sua condição de trabalhador livre, podia transferir-se livremente depois de cumprir o contrato com o proprietário pra quem trabalhou. Inevitavelmente as condições oferecidas na cidade seduziriam este colono posteriormente, contribuindo para o crescimento de imigrantes dentro das cidades (MORSE, 1970).

Com as crises de superprodução essas saídas adquirem grande impacto, pois desestabilizavam a estrutura de mão-de-obra do café.

#### 4.1.1 A Burguesia Imigrante

Uma classe diferente de imigrantes surgiu durante o início da industrialização no Brasil. Estes imigrantes desembarcaram aqui com alguma reserva de capital. Em geral pertenciam a famílias de classe média e possuíam instrução, ou certa experiência no comércio (DEAN, 1976)

A vantagem destes imigrantes no comércio consistia no fato de que existia uma ausência de paulistanos nativos com um estilo urbano de vida. A maior parte da população imigrante de São Paulo era formada por trabalhadores que haviam tentado lidar com os cafezais, mas não obtiveram sucesso. O número de imigrantes em São Paulo foi aumentando através da imigração de trabalhadores experientes na área industrial, contratados em cidades italianas por industriais paulistas. Muitos imigrantes adquiriram fortunas e conseguiram igualar-se aos fazendeiros em posição social (DEAN, 1976). Gradativamente os padrões europeus de consumo foram sendo assimilados pelos nativos brasileiros. Isso se deu através da cópia dos modelos de móveis, alimentos e roupas, como forma de status.

A imigração estrangeira foi fonte de novas ocupações comerciais e técnicas. Boa parte dos profissionais capacitados para as funções ligadas à obra civil, tais como: pedreiros, mestres de obra, carpinteiros, engenheiros e arquitetos, era formada por imigrantes (DEAN, 1976).

A comunidade imigrante se ajudava no sentido de que, os imigrantes bem sucedidos davam preferência à contratação de seus conterrâneos, dando oportunidade de desenvolvimento aos menos favorecidos.

Outra vantagem da burguesia imigrante europeia era o fato de manterem contato com fontes de capital nos seus países de origem (DEAN, 1976). A maior parte de seu fundo original de investimento provinha dessa fonte.

O comércio do café voltou as atenções da Europa a São Paulo. Em 1895 um aumento das exportações de São Paulo gerou uma rápida expansão do investimento estrangeiro. O comércio do café, até então operado por fazendeiros locais passou a ser realizado por firmas inglesas, francesas, alemãs e americanas. Na década de 1910 apenas duas firmas brasileiras se incluíam entre as 15 maiores casas exportadoras de Santos (DEAN, 1976). Nota-se aqui o quão importante foi a influencia estrangeira na formação econômica brasileira, principalmente em algumas regiões como São Paulo, por exemplo.

## 4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSIÇÃO

São Paulo foi o berço da industrialização brasileira. Essa industrialização dependeu desde o princípio da demanda criada pelo crescente mercado mundial de café (DEAN, 1976). Foi a economia cafeeira que permitiu o aumento do volume de dinheiro em circulação oferecendo assim a base mais elementar da industrialização, a economia monetária.

A partir daí algumas fábricas de tecidos foram instaladas na região de São Paulo durante a década de 1870. A produção destas fábricas consistia na tecelagem do algodão que era transformado em tecidos rústicos destinados a produção de roupas para a população escrava (DEAN, 1976). Estas foram as primeiras fábricas instaladas no país.

Com a proibição da mão-de-obra escrava, o uso do dinheiro difundiu-se entre as massas. Era impossível contratar trabalhadores imigrantes sem lhes pagar o salário em dinheiro. Os proprietários passaram a tirar vantagem disso, pois proibiam a plantação de alguns produtos para que pudessem tornar os colonos dependentes de suas vendas (DEAN, 1976). Assim estes colonos contraíam dívidas com os proprietários já que tinham que comprar deles os alimentos para o sustento de suas famílias.

As terras também passaram a ser vistas como item de venda e troca, ou até mesmo hipotecas. Novos bancos criados a partir de investimentos do setor cafeeiro, tinham capacidade de financiar outras áreas da economia, como novas indústrias. Estes agricultores interessavam-se cada vez mais pelas atividades financeiras que envolviam a produção do café, começaram então a se concentrar nas cidades. Estes empresários do café passaram a atuar nas áreas de logística, imobiliária, bancária e de infra-estrutura (DEAN, 1976). Este interesse em participar economicamente de outras áreas foi essencial para o desenvolvimento da indústria brasileira.

A construção das ferrovias só aconteceu devido à necessidade de transporte de café, toda esta construção foi paga por agricultores interessados em levar seu café aos portos, como o de Santos, que também deve sua concepção ao café, ou por estrangeiros que objetivavam lucrar com o transporte do produto mais importante da



economia brasileira na época (DEAN, 1976). Mais tarde esta infra-estrutura pôde ser aproveitada para outros fins, como no transporte de bens manufaturados, por exemplo.

As primeiras fábricas instaladas eram a vapor, alimentados por carvão importado. Porém a nova linha de máquinas exigia uma estrutura energética mais moderna, assim surgiram as primeiras companhias elétricas no Brasil. As primeiras usinas foram construídas por companhias norte-americanas, e foram instaladas na cidade de São Paulo e no interior do estado. A partir daí, algumas companhias estrangeiras investiram em bondes elétricos, telefone, gás, fontes de energia térmica e hidrelétrica. (DEAN, 1976). Assim não só o setor industrial foi beneficiado como também os serviços de utilidade pública.

O Brasil teve uma industrialização tardia, portanto diferentemente do que aconteceu nos países líderes da Revolução Industrial onde houve evolução do artesanato para a manufatura e da manufatura para a indústria, o Brasil importou máquinas modernas movidas a eletricidade ou a combustão. Além disso, os estabelecimentos comerciais já surgiam com grandes portes para a época, com dezenas ou até centenas de operários (DEAN, 1976).

Toda essa inovação na infra-estrutura de construção de ferrovias, portos e fontes de energia demandavam conhecimento técnico, que de início foram importados da Europa, e que posteriormente proveio das novas escolas de Engenharia, Direito, Comércio, Biologia e Medicina dos institutos de educação superior de São Paulo (DEAN, 196). Assim essas primeiras fábricas foram beneficiadas com essa transformação social e educacional brasileira.

Todos esse progresso, estrutural, social e econômico fez de São Paulo uma região extremamente fértil para a gestação da industrialização brasileira.

Porém até a década de 1920, a indústria de São Paulo fabricava apenas produtos de valor agregado extremamente baixo. As atividades mais importantes empregavam materiais agrícolas locais, como o açúcar, o algodão, a madeira. Durante este período inicial até 1920, os principais produtos eram de construção civil como cimento, madeira serrada, telhas e material de encanamento, além de tecidos grosseiros, sapatos, cerveja, móveis de madeira, chapéus e painéis (DEAN, 1976).

Neste período os produtos manufaturados brasileiros eram destinados unicamente ao mercado interno, principalmente aos agricultores e seus rendeiros. A indústria era um investimento de alto risco, sua sobrevivência ainda dependia muito do preço do café.

Para que os fazendeiros ou comerciantes de café resolvessem investir na indústria, deixando de lado o investimento nas lavouras de café, o negócio mais lucrativo na época, seria necessário um incentivo excepcional (DEAN, 1976). Este incentivo surgiu com as crises nas exportações de café, já que a produção crescia cada vez mais e a demanda não acompanhava, e do crescimento do mercado consumidor de bens industrializados.

Mas foi durante as crises, tais como a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e a crise de 1929 que o processo de industrialização no Brasil teve seus períodos de maior impulso (DEAN, 1976). Pois era nestes momentos que a exportação do café era prejudicada e havia dificuldade na importação de produtos manufaturados. É durante estes períodos que se torna atraente investir na produção de produtos de consumo duráveis e também, não-duráveis.

A partir daí, observa-se que até a Segunda Guerra Mundial a industrialização brasileira tem um caráter substitutivo, pois ela passa a substituir através da produção doméstica, os produtos anteriormente obtidos do mercado internacional.

## 5. A SUBORDINAÇÃO DA INDÚSTRIA AO CAPITAL CAFEIRO

Este capítulo tem como objetivo analisar e demonstrar como o capital acumulado através do café estimulou e financiou o início da industrialização brasileira.

### 5.1 O SURGIMENTO DO MERCADO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

De acordo com SILVA (1976), a industrialização representa toda a transformação do processo de trabalho pelas relações de produção capitalistas. Quando ocorre um processo de transição para o capitalismo através da industrialização, todo o nosso conhecimento sobre os modos de produção não deve constituir mais que um ponto de partida para o estudo das contradições próprias à estrutura econômica de transição.

O capitalismo no Brasil aconteceu tardiamente, assim como nos demais países considerados subdesenvolvidos hoje. Quando o processo de industrialização se iniciou no Brasil, o capitalismo já predominava em escala mundial (SILVA, 1976).

No último quartel do século XIX, a agricultura ainda era considerada a atividade predominante dentro do país. Entretanto, as transformações observadas nas relações de produção saltavam aos olhos. Já era possível se vislumbrar um futuro muito mais voltado à industrialização, diferente de uma economia agrícola apoiada em mão-de-obra escrava (SILVA, 1976).

O Brasil teve seu primeiro surto industrial na década de 1880. A partir daí a indústria não parou mais de crescer. Pesquisas realizadas em 1907 pelo Centro Industrial do Brasil e pelo Recenseamento do Governo de 1920 demonstram um crescimento espetacular da indústria entre 1907 e 1920:

TABELA 1: CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ENTRE 1907 E 1920

Ano	Número de Empresas	Capital(Contos)	Produção (Contos)	Força Motriz	Número de Operários
1907	3.258	653.555	731.292	109.284	149.018
1920	13.336	1.815.156	2.959.176	310.424	275.512

FONTE: SILVA, S. (1976) pg. 78

Na tabela acima se nota um grande crescimento de 1920 em relação a 1907. Em 1920 o número de empresas era quatro vezes maior que o que existia em 1907.

Transformações econômicas intensas ocorreram no Brasil neste período, principalmente nas regiões intensivas na produção de café – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (SILVA, 1976). Nestas regiões a industrialização ocorreu de forma mais intensa, gerando desigualdades de desenvolvimento regional dentro do país.

As indústrias no Brasil concentraram-se principalmente nas regiões conhecidas pelo plantio de café, em 1920 65% das indústrias se instalavam nestas regiões. Em São Paulo verificou-se o mais rápido crescimento, que variou de 17% para 32% do valor de produção do início do século até 1920 (SILVA, 1976). São Paulo já mostrava sua força econômica desde o início, já que era a região com maior movimentação econômica, maior concentração também de imigrantes, portanto, maior volume de mão-de-obra disponível.

Em São Paulo, foi instituído mais cedo um regime de trabalho assalariado, a imigração supriu a demanda por mão-de-obra deixada pela abolição do trabalho escravo, porém não apenas os postos de trabalho foram assumidos, como também, a partir desta imigração, novos mercados de alimentos e produtos industrializados se firmaram (SILVA, 1976). Assim a nascente indústria de São Paulo, beneficiou-se de duas formas do capital cafeeiro, através do mercado criado pelo café e da abundante e barata mão-de-obra oferecida pelos imigrantes.

A produção de café acumulou muito capital, conjugaram-se fatores excepcionais para o processo de industrialização no Brasil: capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria-prima disponível e barata, capacidade geradora de energia e um sistema de transportes ligado aos portos. Essa concentração

de fatores teve no Sudeste (principalmente em São Paulo) sua melhor conjugação e, à medida que crescia e melhor se integrava, a região ia recebendo os maiores investimentos, liderando a corrida industrial frente às demais regiões do país (SILVA, 1976). Em consequência a economia cafeeira acumulou muito capital, e o Brasil se viu mais próximo de uma economia mundial capitalista. Vê-se claramente neste momento o quanto a industrialização brasileira estava intrinsecamente ligada ao café.

A indústria brasileira nasceu, fundamentalmente, a partir de capitais nacionais e aproveitou-se de condições favoráveis internamente. Desde o momento em que a indústria mostrou-se rentável e que um mercado consumidor nacional (quase sempre de elite e concentrado em algumas regiões, como o eixo Rio - São Paulo) apresentou-se com razoável poder de compra, os capitais estrangeiros tenderam a penetrar e a se instalar em atividades produtivas. Esses capitais foram investidos em setores ainda não cobertos pelos nacionais, associavam-se aos nacionais ou concorriam no mesmo ramo. Essa fase, que fica mais clara a partir da Primeira Guerra Mundial, coincide com a substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos da América no domínio econômico sobre a América Latina. A substituição não era só de um país, mudava-se também a natureza da presença estrangeira. Os capitais ingleses destinavam-se preferencialmente ao setor terciário (estradas de ferro, companhias de seguros etc.) ou eram emprestados aos governos. Os capitais norte-americanos majoritariamente foram aplicados em atividades produtivas, quer no setor secundário, quer no setor primário (SILVA, 1976).

Uma indústria tipicamente nacional (com capitais nacionais) não teria tempo suficiente para se consolidar. A falta de uma política tarifária que a protegesse e a agressividade econômica dos capitais norte-americanos fez com que, ao crescer, a indústria brasileira se visse às voltas com o problema de desenvolver-se tendo que conviver com o poderio norte-americano (SILVA, 1976).

Sendo assim, muitas firmas estrangeiras instalaram-se no Brasil, aproveitando-se de vantagens alfandegárias e da mão-de-obra barata para assegurar o mercado brasileiro para tais produtos. Usavam matéria-prima nacional ou mesmo importavam parte dela (SILVA, 1976). O fundamental era que o produto fosse fabricado e montado aqui, para se beneficiar dos baixos custos.

Operou-se então uma forte divisão de mercado. Enquanto que os capitais estrangeiros foram investidos em atividades sofisticadas para atender um mercado consumidor de elite ou o mercado externo, os capitais nacionais especializaram-se, preferencialmente, na produção de artigos leves, de baixo valor, para um mercado popular, de menor poder aquisitivo. Isso, sem esquecer os poucos casos em que os investidores nacionais aliaram-se aos estrangeiros, formando empresas de capitais mistos (SILVA, 1976).

Aproveitando-se da ausência de leis que protegiam o trabalhador e do seu fraco poder de organização, a burguesia industrial explorava fortemente os operários das indústrias, em uma situação adiante, particularmente na década de 1920 e a partir da década de 1930 com alguma melhoria devido à legislação trabalhista que lhes foi concedia. De qualquer forma, baixos salários, precárias condições de vida, grande frequência de doenças, fruto da desnutrição e da insalubridade, elevada taxa de mortalidade, péssimas condições de moradia, eram o retrato da condição do trabalhador e davam uma idéia sobre a base da acumulação de capital no país, que repousava menos na elevação da produtividade do que na exploração absoluta de mão-de-obra (SILVA, 1976).

Apesar de o sistema econômico brasileiro ser dominado pela atividade agrário-exportadora, surgem novas condições de investimento em atividades manufatureiras, investimentos estes envolvendo grandes quantidades de capital. Existem alguns fatores determinantes, favoráveis e desfavoráveis à indústria, tais como, por um lado, o aumento relativo da taxa de lucro no setor industrial acaba por chamar a atenção de agricultores, banqueiros, e todo tipo de dono de capital, incentivando que capitais sejam redirecionados à indústria, o próprio lucro obtido a partir da produção industrial pode ser reinvestido na própria indústria. Por outro lado, as oscilações da taxa de câmbio – O câmbio é um dos principais fatores determinantes para os produtores nacionais, sendo que o câmbio alto prejudicava as exportações do café, assim seus produtores se viam tentados a diversificar seus investimentos, com o intuito de compensar seus prejuízos com as exportações do café, passavam então a investir na produção interna (SILVA, 1976). Assim como para os importadores, em épocas de câmbio baixo também viam na

produção interna um a chance de comprar equipamentos e tecnologia externa, o que substituiria suas importações durante o período desfavorável

Boa parte dos primeiros empresários industriais era, inicialmente, formada por grandes importadores, vários deles de descendência estrangeira. Um exemplo foram os comerciantes portugueses de tecidos que surgiram como os principais financiadores da indústria têxtil mais importante e conhecida da época situada no Rio de Janeiro.

Entretanto, a partir do momento que um empresário de uma determinada área como a agricultura de exportação ou a importação de produtos manufaturados passa a atuar numa área 'desconhecida', provavelmente ocorrerão certos problemas de eficiência. Muitas destas indústrias não chegam a se solidificar, já que à sua frente, em geral, estão não administradores industriais eficientes e sim financiadores, aflitos por diversificar ao máximo a aplicação de seus capitais.

Em conseqüência da alta da taxa cambial, o poder de compra no exterior da moeda doméstica caiu à metade, assim, durante os anos 1930, a situação era de um barateamento relativo das mercadorias produzidas internamente, através deste nível de preços a indústria brasileira se desenvolveu nos anos 30. (FURTADO, 1968)

O volume de importações e exportações era uma função da taxa de câmbio, desta forma, o câmbio tornou-se um instrumento de grande importância dentro da economia brasileira (FURTADO, 1968). Qualquer variação no nível de preços causava um impacto enorme no nível de importação e exportação do país. Neste período os países desenvolvidos se enquadraram no padrão-ouro, já em países subdesenvolvidos, era inviável participar do mesmo padrão.

Entre 1934 e 1937 alguns setores industriais brasileiros sofreram alguns problemas devido a uma pequena valorização da moeda brasileira. Até o final da década de 1930 o câmbio voltou a baixar estabilizando o nível de preços. Durante a década de 40 o Brasil colecionou saldos positivos sucessivos da balança comercial, isto foi possível devido à guerra. Com baixa demanda por divisas internacionais, não atendendo a sua alta oferta, a taxa de câmbio sofreu grande pressão, a moeda brasileira sofreu grande valorização (FURTADO, 1968). O preço do café exportado caiu consideravelmente, gerando demasiado prejuízo para os produtores nacionais.

Em detrimento da valorização da moeda, as importações ficaram mais baratas, e apesar de a oferta externa de bens encontrar-se numa situação bastante limitada, este barateamento de bens produzidos no exterior impactou diretamente na produção interna de bens manufaturados, gerando prejuízo ao setor. No intuito de preservar a produção doméstica, atendendo os interesses dos produtores e exportadores nacionais, o Governo agiu com uma política de fixação da taxa de câmbio, conseqüentemente impediu que o poder de compra externo da moeda se recuperasse (FURTADO, 1968).

Analisando os fatos, o Brasil entrou numa situação de paradoxo. No mercado mundial a demanda superava a oferta de mercadorias, enquanto o Brasil fixava o câmbio. Isto favoreceu em grande escala o mercado externo. Esta situação agravou enormemente os desequilíbrios internos do país.

## 5.2 O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA

De acordo com DEAN (1976), entre 1900 e 1920 o parque industrial, principalmente o de São Paulo, cresceu e se expandiu muito rapidamente. São Paulo obteve taxas de crescimento de 8% ao ano. O ritmo de crescimento entre 1900 e 1920 foi bastante elevado.

Durante a crise mundial da década de 1930 o Brasil obteve um rápido crescimento industrial, pois a redução do valor das importações estimulou os substitutos produzidos internamente. Porém este não foi o único motivo, pois foi durante esta década que a capacidade exportadora do Brasil foi relativamente maior do que havia sido durante a década de 1920 (DEAN, 1976). Isto se deveu ao fato de que o volume de exportações subiu mais rápido do que caíram os preços.

Durante todo o período de 1920 a 1940 a produção manufatureira progrediu em ritmo lento, porém constante. Durante estas duas décadas não houve grande progresso no que diz respeito à estrutura da indústria brasileira, até mesmo em São Paulo, não se viu grande avanço estrutural. No entanto, durante a década de 1930 pode-se verificar um aumento expressivo na produção de algumas áreas, como a indústria têxtil, a de ferro e a de cimento. Isto devido ao fato de que a infra-estrutura necessária para a



produção destes três elementos já havia sido instalada até 1929 (DEAN, 1976). Um outro motivo foi o aumento da produtividade durante a depressão, já que a capacidade ociosa foi aproveitada.

O número de operários empregados pela indústria também cresceu em grande velocidade entre os anos 1920 e 1940, mais até que é a população geral ou a produção industrial per capita. Importante ressaltar que este ritmo foi ainda mais rápido durante o período mais profundo de depressão (DEAN, 1976).

Provavelmente este crescimento do número de operários se deveu, em grande parte, ao fato de que durante a primeira parte do governo Vargas, uma nova legislação trabalhista exigia que todos os trabalhadores se registrassem no departamento oficial competente. Essa legislação foi bem recebida e apoiada pelos empregadores, garantindo o registro de um em número de trabalhadores, antes fora das estatísticas (DEAN, 1976).

Na região de São Paulo foram efetuados novos investimentos a partir de 1930, tais como uma nova estação hidrelétrica construída em Cubatão pela São Paulo Traction, Light and Power Company. Porém, na área de transportes, pouco progresso pôde ser verificado, a construção de estradas de ferro foi bastante lenta até 1930, e São Paulo tinha pouco mais de 3 mil Km de estradas em bom estado até 1933 (DEAN, 1976).

Em São Paulo novas fábricas começaram a surgir, tais como manufaturas de implementos agrícolas, ferramentas, materiais elétricos, máquinas têxteis, peças e acessórios para automóveis, aparelhos de gás, relógios, e até mesmo fábricas especializadas em enlatamento de carnes (DEAN, 1976). Todas estas indústrias entraram para suprir o mercado interno.

O capital estrangeiro não teve grande relevância nos investimentos industriais brasileiros neste período. Os investimentos em 1923 com capital inglês, por exemplo, na ordem de 110 milhões de libras, foram utilizados apenas na produção de fósforo e de fumo, porém a partir de 1929 permaneceram estacionários. Os investimentos norte americanos em 1933, na ordem de 45 milhões de dólares, investiram em peças automobilísticas ou de produtos alimentícios. Os europeus fizeram algum investimento

na produção de borracha e de produtos farmacêuticos. Todos estes investimentos foram diretos (DEAN, 1976).

### 5.2.1 As fontes de capital

O capital nacional utilizado no investimento industrial proveio dos produtores de café e dos importadores. Os fazendeiros acabaram investindo na indústria devido à desilusão com os baixos preços do café. Porém esta transição não aconteceu de uma só vez, pois a produção de café permaneceu em grande escala ainda em 1940. Entretanto, os investimentos transferidos do setor cafeeiro, não foram direcionados apenas à indústria, mas também a algumas produções agrícolas destinadas à exportação como a de algodão, e também para o mercado interno como o feijão, o milho, gado, arroz, açúcar, etc. Outros fazendeiros investiram em comércio, imóveis, ou ainda em atividades bancárias (DEAN, 1976).

Os bancos e centros comerciais eram quase totalmente dominados pela elite do café. Muitas terras, antes ocupadas pelo cultivo do café, passaram a ser loteadas e vendidas. Os ex-proprietários, atuando em outras áreas, obtiveram iguais ou maiores lucros que no auge do café. Já os importadores tiveram uma participação menor que os fazendeiros no capital investido no crescimento e desenvolvimento da indústria entre 1920 e 1930 (DEAN, 1976). A maioria dos produtores de manufaturas vendia seus produtos através dos importadores, apesar de encarecer os custos de distribuição para os fabricantes, ainda era mais vantajoso este caminho, pois os importadores disponibilizavam crédito de curto prazo a estes produtores, financiando suas empresas.

Havia outra forma de investimento extremamente importante para a indústria, o reinvestimento dos próprios industriais. Os industriais que conseguiam se firmar em suas áreas, obtendo sucesso e acumulando capital, facilmente expandiam suas fronteiras, entrando em novas áreas de produção. Uma das adições mais importantes ao parque industrial de São Paulo foram as pequenas oficinas especializadas em ramos considerados modernos para a época: setores de maquinaria, peças automobilísticas, equipamentos elétricos, plásticos, etc (DEAN, 1976). Boa parte destes novos

empresários era formada por imigrantes ou descendentes de imigrantes de classe média baixa.

Apesar de todos estes investimentos provindos de diversas áreas da economia brasileira, observa-se que o crescimento da indústria foi bastante lento durante a década de 1920. Em primeiro lugar, um dos motivos centrais deste lento crescimento foi a falta de organização entre as firmas, quase não se praticavam formas de controle de preços, como cartéis, por exemplo. Em segundo lugar, a indústria era muito pouco concentrada, assim dificilmente industriais se interessavam por absorver outras firmas, ou até mesmo casos em um mesmo empresário acumulava diversas firmas, muitas com problemas estruturais, pouco eficientes, problemas estes que poderiam ser amenizados ou corrigidos se as firmas se fundissem. Esta resistência em não absorver outras firmas devia-se ao fato do preconceito dos proprietários das firmas familiares em fundir-se com outras (DEAN, 1976).

Nos Estados Unidos o modelo de firma familiar se dissipou muito mais rapidamente que no Brasil, pois o enorme mercado obrigou que os empresários se organizassem melhor para atendê-lo (DEAN, 1976). No Brasil, as empresas familiares dominaram durante muito tempo, e este capitalismo familiar pode ter atrasado o país, impedindo que ele aproveitasse oportunidades subseqüentes.

Porém alguns setores, principalmente os já mecanizados, utilizaram sim de artifícios capitalistas. Produtores de calçados, papel, farinha, fósforos, laminas de vidro, cerveja e enlatado de carne, por exemplo, todos participaram de cartéis. Usinas de açúcar facilmente se fundiam, já que uma refinaria servia várias usinas, e estas refinarias eram sociedades compostas por vários usineiros.

Por outro lado, ocorreram outros tipos de combinações. União de grandes clãs familiares, através de acordos ou casamentos. Estas sociedades familiares possuíam certa estabilidade a partir da diversificação das atividades, pois essas empresas atuavam nos ramos comercial, bancário, imobiliário, etc (DEAN, 1976). Estas uniões em geral tornavam-se poderosas, sem precisar abrir seu capital ao público, reuniam poder político e grande quantidade de capital.

Em suma o crescimento industrial brasileiro, centrado em São Paulo foi bastante lento entre 1920 e 1930, um dos motivos foi que o café, já decadente, não era

mais tão eficaz como nos trinta anos anteriores, no estímulo à indústria. Portanto, com fontes de capital escassas o crescimento da indústria foi retardado. Além do mais, as características do empresariado brasileiro, de controle familiar, a falta de organização e a divisão em pequenas oficinas também têm sua parcela de responsabilidade neste lento crescimento industrial.

## 6. AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BASEADO NA ECONOMIA CAFEEIRA

Este capítulo tem como finalidade apresentar algumas contradições observadas a respeito do capital cafeeiro e da industrialização brasileira.

### 6.1 ACÚMULO DE CAPITAL CAFEEIRO X TRANSFORMAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO

Em face das instabilidades sofridas pelo setor cafeeiro, no período em que se notava grandes variações dos preços e crescente endividamento externo devido à dependência econômica em relação ao resto do mundo, a forma utilizada como resposta a este desequilíbrio externo foi a desvalorização cambial (SILVA, 1976). Apesar desta política ser aparentemente benéfica, acabava por prejudicar ainda mais a economia brasileira, pois causava aumento do endividamento externo brasileiro.

Campos Sales assumiu a presidência em 1898 e encontrou a economia numa situação extremamente delicada. No intuito de resolver o problema da dívida externa, o presidente se reuniu com os credores, a partir desta reunião foi definido um acordo de *funding-loan*. Este acordo determinava que o Brasil tomaria empréstimos e atrasaria o pagamento da dívida a partir de concessões aos banqueiros nacionais, e através de um novo empréstimo garantiria o pagamento do montante e dos juros de empréstimos anteriores. O acordo de *funding-loan* oferecia um empréstimo no valor de 10 milhões de libras esterlinas a ser utilizado para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira

nos três anos seguintes. Porém ele impunha algumas condições ao governo brasileiro, tais como a obrigação a ser assumida pelo governo brasileiro de fortalecer a moeda brasileira e a diminuição de despesas e aumento de receitas, ou seja, aumento na tributação.

No entanto esta questão dos tributos traria alguns pontos importantes a considerar. Se as exportações fossem taxadas pelo governo, a classe diretamente prejudicada seria a burguesia cafeeira (SILVA, 1976). Este aumento tributário mostraria-se inadequado ao sistema econômico brasileiro naquele momento, já que este era basicamente dependente das exportações do café.

O governo encontrava-se num terrível dilema, por um lado o aumento da receita provinda de tributação era imprescindível, por outro ele não poderia taxar certas áreas de forma a prejudicar o equilíbrio financeiro brasileiro (SILVA, 1976). Portanto, sob a pressão das condições impostas pelo acordo de *funding-loan*, só poderiam ser taxados aqueles produtos destinados ao mercado interno, tanto os produzidos internamente, quanto os importados.

A partir da política fiscal adotada posteriormente ao *funding-loan* é definida a distribuição interna entre produção nacional e importações. Porém, de acordo com SILVA (1976) esta política fiscal não pode ser encarada como uma medida protecionista, pois ela é a favor da redução das tarifas em termos reais naqueles momentos onde o equilíbrio financeiro é restabelecido. Porém a posição em relação às tarifas adotada pelos industriais é diferente do adotado pelo governo, já que este atende aos interesses dos cafeicultores. Os industriais desejam tarifas diferentes para produtos concorrentes aos produzidos internamente. A política adotada pelo governo atende em parte aos interesses dos industriais, porém há um limite, pois o governo atende predominantemente aos interesses da burguesia do café.

“... os efeitos contraditórios dessa política econômica e, de modo geral, os aspectos contraditórios das relações entre o capital cafeeiro e o capital estrangeiro, de um lado, e o capital industrial, de outro, são a manifestação da contradição própria às formas da reprodução do capital dominantes no Brasil. É essa contradição que o duplo aspecto da política econômica e das relações entre café e indústria oculta.”(SILVA, 1976, pg 107)

De acordo com a afirmação acima de SILVA (1976), apesar de a expansão do café permitir um grande acúmulo de capital, não se nota muita influência deste acúmulo na transformação do modo de produção, pois o país tende a importar grande parte dos bens manufaturados e a produzir produtos primários.

A divisão internacional do trabalho permitiu que o Brasil seguisse sua vocação agrário-exportadora, e apesar do rápido acúmulo, limitou sua participação no nível de evolução do modo de produção (SILVA, 1976), já que a lei das vantagens comparativas impõe que o país deve especializar-se naquilo que produz a custo mais baixos comparativamente aos outros países, e importar os demais bens.

A economia brasileira entra num círculo alternando períodos de solução e recolocação do desequilíbrio externo. Pois apesar da elevação da produtividade e da acumulação, a indústria brasileira se vê numa situação de contradição, pois está presa à divisão internacional do trabalho (SILVA, 1976).

Abordando a questão da passagem do trabalho escravo para o assalariado, SILVA (1976) afirma que o trabalho assalariado é a solução para o problema do desequilíbrio externo, pois a mão-de-obra assalariada é fundamental para as transformações capitalistas do modo de produção, culminando na industrialização. Apesar das contradições existentes da acumulação cafeeira e a industrialização no contexto de um desequilíbrio externo, é a partir do trabalho assalariado que há passagem para um a fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

### 6.1.1 SOLUÇÕES AOS DESAFIOS DO DESEQUILÍBRIO EXTERNO

Um ponto de partida que pode ser considerado uma resposta ao desequilíbrio externo é a possibilidade de expansão da oferta interna. Esta expansão pode ser atingida através da maior utilização da capacidade produtiva já instalada, da produção de bens e serviços relativamente independentes do setor externo e da instalação de unidades produtivas capazes de substituir os bens antes importados (TAVARES, 1972).

Com o chamado desenvolvimento “para dentro”, a instalação de indústrias de produção interna de bens de consumo final, antes importados, faz com que o mercado

interno destes bens se expanda, devido não somente ao crescimento da renda, mas também pela inexistência de restrições internas como as que limitavam as importações destes mesmos produtos. Uma situação inédita ocorre aqui, a contradição entre a finalidade: o crescimento do produto e as limitações da capacidade para importar. Como solução a esta contradição, acontece uma nova leva de substituições, nota-se neste momento a necessidade da contenção de algumas importações consideradas menos necessárias. Desta forma são disponibilizadas divisas essenciais para investimento em novas unidades de produção (TAVARES, 1972).

A constante busca por saídas dentro das condições contraditórias torna-se cada vez mais difícil com o passar do tempo, devido não somente aos problemas internos, como também às limitações de importação.

De acordo com TAVARES (1972), para se garantir a continuidade do processo de substituição das importações, as substituições devem organizar-se de tal maneira que não permita a sobreposição dos picos de demanda por importações, pois estes causaram estrangulamentos internos. A substituição deve ser estendida a novas faixas de produção, por exemplo, se a substituição atuar apenas nas faixas de bens de consumo final, as importações de bens de consumo de capital e os bens de consumo intermediários poderão comprometer a expansão da capacidade produtiva.

Um fato importante a ser considerado é que a substituição de bens intermediários ou pouco elaborados é relativamente fácil, já que pode haver matéria prima disponível dentro do próprio país, ou se houver a necessidade de importar um item, este provavelmente não será muito custoso ao país.

A conclusão a que se chega é que, a partir da substituição de importações, a industrialização não ocorrerá dos bens de consumo mais simples para os bens de capital, pois isto acarretaria estrangulamentos (TAVARES, 1972). Portanto o mais provável é que várias faixas produtivas sejam abordadas simultaneamente, tomando o cuidado de equilibrar o grau de concentração de acordo com o tempo. Em determinados momentos se concentrará numa faixa de produção, num próximo momento em outra.

## 7. CONCLUSÃO

O café salvou o Brasil da estagnação do século XIX, pois ele atendia às condições de produção brasileira baseada na abundância de terras. A transição de mão-de-obra escrava para a assalariada foi essencial do desenvolvimento econômico brasileiro, pois ela contribuiu para que houvesse condições de o capital cafeeiro ser acumulado.

A superprodução do café ocorreu devido a certas condições determinantes:

- A oferta estrangeira de café encontrava-se em dificuldades;
- A partir da descentralização republicana, os Estados produtores de café passaram a atender os interesses dos produtores;
- A expansão de crédito financiou a abertura de novas terras e estimulou a alta dos preços dos produtos.

A quantidade produzida de café passou a crescer cada vez mais, porém nada tinha a ver com crescimento da demanda, mas sim com disponibilidade de mão-de-obra e vantagens de exportação devido à proteção do governo.

A partir da crise de 29 o sistema entrou em colapso devido à falta de crédito, o café excedente passou a ser destruído. Devido a baixa dos preços do café os donos de capital passaram a investir em outras áreas, dentre elas a indústria.

São Paulo foi o berço da industrialização, pois foi principalmente lá que os antigos produtores de café se instalaram, contribuindo com progresso social, estrutural e econômico da cidade.

Foi durante as crises como a 1ª Guerra Mundial e a Depressão de 29 que o Brasil teve seus maiores impulsos industriais.

Apesar das contradições existentes, é possível concluir que as medidas de defesa do setor cafeeiro, a partir da acumulação resultante destas, tiveram efeitos positivos sobre a estrutura econômica do país, pois estimularam a industrialização e fizeram com que a economia brasileira não mais dependesse apenas das importações para consumo.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo 1880-1945**. São Paulo> Difusão Européia do Livro/ Editora da USP, 1976

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1989

MORSE, R.M. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1970

OLIVEIRA, L.L. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro, 2001

RIBEIRO, C. M. P. J. R. **História do Brasil**. 1993

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1961

SILVA, S. **Expansão cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976

TAVARES, M.C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro> Zahar Editores, 1972

VIOTTI, E. **Da Colônia à Senzala**. Difusão Européia do Livro, 1966